

25 de Novembro: quantos golpes afinal ?

Maria Manuela Cruzeiro

Os futuros compêndios de História poderão resumir o evento em escassas linhas: Após um Verão Quente de disputa entre forças revolucionárias e forças moderadas, pela ocupação do poder, civis e militares chegaram ao outono a contar espingardas. O confronto tantas vezes anunciado pareceu por fim inevitável, quando, na madrugada de 25 de Novembro, tropas pára-quedistas ocupam diversas bases aéreas, na expectativa de receber apoio do COPCON. Mas um grupo operacional de militares, chefiado por Ramalho Eanes, liquidou a revolta no ovo, substituindo o PREC (Processo Revolucionário em Curso) pelo “Processo Constitucional em Curso”

Apesar de alguns mistérios que ainda subsistem, dispomos hoje de muita informação dispersa que, uma vez trabalhada, permitirá leituras bem mais próximas da verdade daqueles meses de brasa, do que as visões moles de um consenso errado e mentiroso, que parece impor-se sem escândalo nas várias instâncias do poder pós 25 de Novembro. Recuemos, então trinta e um anos, às vésperas dessa madrugada decisiva, começando por indicar as forças em presença, naquele que, tanto vencedores como vencidos, consideram o momento em que a guerra civil esteve por um fio: Esquerda Militar conhecida por Gonçalvista - formada por um leque de oficiais que queriam a revolução, mas com ideias e projectos diferentes, alguns dos quais mais radicais do que o próprio PCP.

A Esquerda Militar Populista - centrada na figura carismática de Otelo, que queria um processo revolucionário basista e desconfiava dos métodos e tentativas de domínio do PCP.

Os Militares Moderados - que desejavam travar ao mesmo tempo as duas esquerdas revolucionárias, mas também o processo contra-revolucionário que, segundo eles, era a outra face da mesma moeda.

Nenhuma das correntes estaria completamente desprevenida, o que não significa que houvesse tantos planos militares quantas tendências no terreno. É dos livros: o sinal mais marcante da vontade de desencadear uma acção militar é, além do plano de operações, a existência de um comando. E esta segunda condição indispensável foi, como todos sabem, bem mais difícil de conseguir do que a primeira. Porque não custa fazer planos, mais ainda para quem tão habituado está - os militares. O que custa é pô-los em prática. E neste caso, é obvio que havia planos a mais e chefes a menos. Ou seja: mais marés do que marinheiros.

1. Os Gonçalvistas tinham um plano?

Serge July, o jornalista do Liberation diz que sim. Que o plano andava a ser preparado no SDCI (Serviço de Detecção e Coordenação da Informação) chefiado por Almada Contreiras. Contava basicamente com os Fuzileiros, com os Pára-quedistas e com o Comando do COPCON. De acordo com o Relatório Oficial da responsabilidade de Marques Júnior era o Major Pessoa a ligação entre o SDCI e os Páras, e é ele que consegue a aprovação para a ocupação das Bases.

Sanchez Cervelló vai mais longe: fala da existência de uma espécie de Directório, um grupo político-militar cujas ramificações atingiam o CR, O Estado Maior do COPCON, os três ramos das FAs e o SDCI. Segundo o autor, teria uma sólida organização, e era constituído por três oficiais do Exército (Majores Corvacho, Arnão Metelo e José

Emílio da Silva), dois da Armada (Comdtes Miguel Judas e Almada Contreiras) e dois da Força Aérea (Major Costa Martins e Cap. Pereira Pinto). O coordenador seria o Alm. Rosa Coutinho.

Não contrariada no essencial pelos visados a existência de algo que consentem designar de “grupo político –militar”, a recusa é mais clara e generalizada quanto à existência de um plano concreto. Apresentam como argumentos contra: as profundas desconfianças quanto ao Relatório Oficial, que consideram cheio de mentiras e, sobretudo, a prova real dos factos: se o SDCI era um posto de Comando Gonçalvista, porque é que durante o dia não se encontram lá as principais figuras como por exemplo Rosa Coutinho (que se mantém em Belém, de onde só sai para acalmar os Fusos) ou Costa Martins (por sua vez destacado para convencer os páras)?

Entretanto, Arnão Metelo em entrevista ao DN de 25 de Nov de 1995 esclarece: “O Directório da EM ter-se-á preocupado sobretudo em neutralizar as unidades, impedindo que estas pudessem fazer o que fizeram no 25 de Novembro. E, neste sentido, os SUV (Comités revolucionários de soldados) faziam parte desse plano e camuflavam uma determinada intervenção que não era anárquica, mas, antes pelo contrário, estava organizada e hierarquizada. O nosso objectivo fundamental era quebrar a operacionalidade das unidades adversárias, pela acção que desenvolvíamos a partir de elementos de confiança que tínhamos em cada unidade. Mas quanto mais se radicalizava o processo, menos graduação tinham os nossos homens de confiança”. Em conclusão: a existir um plano, ele seria muito mais reactivo do que ofensivo cumprindo com rigor a máxima militar “O primeiro a saltar, come!” Ou, pelo menos, não era para tão cedo. O plano estaria longe de se encontrar completo. Faltava, por exemplo, um elemento nada despiciendo: as transmissões. Mas, segundo Duran Clemente, “depois da Assembleia de Tancos, mas muito particularmente depois do 11 de Novembro, data da independência de Angola, a Esquerda Militar apercebe-se de que era preciso estar preparada para qualquer coisa”. (DN, 25 de Nov.1995)

2. A Extrema Esquerda tinha um plano?

Teria, mas não passava decididamente pelos páras. Consistiria antes nas unidades da Região Militar de Lisboa, com o apoio de organizações políticas que deveriam mobilizar grandes massas populares junto aos quartéis. Das infinitas reuniões e movimentações é exemplo eloquente a reunião no Palácio Foz de 1 de Outubro, na qual elementos do PRP/BR, LUAR, e UDP tentam convencer Otelo a encabeçar uma manifestação de força que poderia conduzir ao assalto ao poder, aproveitando a visita do Presidente da República à Polónia e à União Soviética. Mas, na maior parte, as múltiplas acções eram feitas em conjunto com o PCP . Uma enorme dose de putchismo quer no seio dos militares envolvidos, quer nos partidos e organizações de extrema esquerda mantém o plano inicial embora em constante expectativa. Faltou-lhes sempre um chefe. Era o que concluía um grupo de sindicatos da Cintura Industrial de Lisboa, apoiados pela Intersindical, num comunicado em que se afirma ter o golpe falhado justamente por falta de Comando Operacional.

3. O PCP tinha um plano?

É bom notar que esse partido estava no VI Governo, embora em posição minoritária. Apesar disso dispunha e incentivava um quadro pré-insurreccional mas é de admitir que não tivesse em mente nem um levantamento nem um golpe militar clássico. No mínimo a pressão deveria conduzir a uma recomposição à esquerda do VI Governo e a uma recuperação de posições nos órgãos militares da Revolução. No máximo, logo se via...

Por isso, é óbvio que não ficou quieto quando o golpe saiu: todos os CDR (Comités de Defesa da Revolução) da região de Lisboa são mobilizados e muitas células do PCP participam nos acontecimentos.. As células operárias da COMETNA e da SOREFAME, bloqueando a progressão dos Comandos, assim como as da Sociedade de Construção Civil J. Pimenta, e a de Camionagem Esteves. Tal como a da Emissora Nacional, e da RTP. Duran Clemente, o rosto mais visível e protagonista do mais simbólico episódio do dia (a substituição da sua imagem revolucionária pela do comediante Danny Kaye no ecrã da televisão) considera que a célula do PCP na RTP foi absolutamente indispensável para o êxito da pequena força da EPAM que comandou nesse dia: “Não tive a antena de Monsanto da RTP até às 20h por obra e graça do Espírito Santo. Mas porque um militante, e esse do PC, conseguiu enganar os Comandos, arriscando a vida (DN, 25 de Nov.1995)

Contudo, a grande maioria dos quadros mais responsáveis e dos dirigentes apenas assistem. Nesse sentido são reveladoras as declarações de Costa Martins: “O PCP não estava interessado em pirotecnia. Encontrei Jaime Serra, dirigente desse partido, no dia 24 no COPCON pelo menos duas vezes. Disse-me que tinha ido pedir a Otelo que não se metesse em aventuras, para não fazer sair tropas, porque era muito perigoso. Libertava forças incontrolláveis” (Visão, 23 de Nov de 1995).

O caso pertencia, portanto, mais directamente aos Gonçalves. E o golpe de rins no terreno, veio a tempo, fazendo desmobilizar as acções civis conduzidas pela Intersindical. Por outro lado, a importante reunião de Alhandra de 10 de Agosto tinha preparado o partido para qualquer eventualidade e o célebre comício de Almada de 18 de Agosto, traçou o afastamento dramático mas pragmático, entre Cunhal e Vasco Gonçalves.

4. A Direita tinha um plano?

Há muito que a direita militar estava em pé de guerra. Entre Outubro e Novembro, aliás, os golpes eram anunciados e desmentidos quase diariamente. Fervilhavam boatos de golpes e contra-golpes, num clima de insegurança que desestabilizava a sociedade civil, mas sobretudo os meios militares incapazes de assimilar tantas contradições.

Mais próximo dos acontecimentos (uma semana antes), a Base Aérea de Cortegaça foi posta em estado operacional para receber os 123 oficiais de Tancos que abandonaram a base. Bem como os 500 páraquedistas do Coronel Almendra que tinham regressado de Angola, numa acção concertada com o nome de código OPERAÇÃO VERMELHO

8. Quando os páras saem, a direita militar já tinha posto em acção um comando operacional centrado fundamentalmente em Jaime Neves e em Pires Veloso comandante da Região Militar do Norte. Como na realidade a sua força militar era muito diminuta, (contavam apenas com duas unidades seguras: Os Comandos e o CIAAC Centro de Instrução Anti-Aérea de Cascais) trabalharam muito o factor psicológico. Deixam por assim dizer correr os acontecimentos, encorajando apenas a desorganização adversária, através de uma arma nem sempre suficientemente valorizada, a da informação e contra-informação. É nessa jogada que se inscrevem os vários telefonemas para Tancos, dando ordens em nome de Almada Contreiras, obviamente para os confundir, ou as misteriosas mensagens dizendo que a Base Aérea estava ocupada pela LUAR. Além disso, e numa outra frente, pressionaram o Posto de Comando da Amadora para bombardear o RALIS, (segundo eles preparava-se para Janeiro a Transformação da Escola de Tancos num 2º RALIS). Aliás, das suas declarações aos jornais, parecem considerar-se os protagonistas principais.

Mas também da parte civil e partidária as movimentações foram de grande alcance, como mostra a polémica decisão da deslocação para o Norte que na sua versão máxima

visaria a ilegalização do PCP e outras formações de esquerda, e a não aprovação da Constituição da República já elaborada pela Assembleia Constituinte. Segundo Vasco Lourenço “foi levantada e esteve quase em vias de ser aprovada a hipótese da retirada para o Norte com as forças que nos apoiavam (Comandos da Amadora, Artilharia de Cascais, Infantaria de Mafra, e Cavalaria de Santarém) permitindo ou provocando que se criasse a Comuna de Lisboa” (Revista História, nº 14, Nov. 1995). Neste contexto, sendo impossível a Assembleia funcionar como Constituinte, tornar-se-ia um parlamento, com poderes para fazer leis e escolher um governo, como consta de um projecto de lei constitucional elaborado por Jorge Miranda.

Reveladora também a pouco conhecida transferência para o Norte do ouro do Banco de Portugal, “em operação devidamente concertada com o sindicato dos bancários na altura de orientação conjunta socialista e MRPP” (Vida Mundial, Dez 1998).

Reveladora ainda a oferta de James Callaghan a M. Soares : “Prometeram-nos fazer chegar rapidamente ao Porto, combustível para os aviões e também armamento” (M.J. Avillez Soares, Ditadura e Revolução).

Reveladora finalmente a decisão dos agricultores da CAP que, reunidos em Rio Maior deliberaram mesmo dividir o país a meio, cortando o trânsito rodoviário e ferroviário entre Norte e Sul.

5. Os Páras tinham um plano?

É hoje um facto indesmentível que a acção dos Páras provocou certa confusão nas diversas correntes militares. Os Moderados esperavam que saltasse uma unidade da RML . Os Gonçalvista e o COPCON que também conheciam o perigo de tomar a iniciativa, só actuariam perante uma tomada de força de qualquer unidade adversária. Parece terem sido apanhados todos de surpresa, e por isso os revoltosos não tiveram de imediato os apoios que esperavam.

Daí a clássica e persistente pergunta: À ordem de quem saíram os Páras? Mas que traz apenas uma outra: porque saíram os Páras?

Vale a pena determo-nos um pouco nos comunicados por eles difundidos em que explicam a sua acção:

Assim, num primeiro afirmavam “...Nesta conformidade não podemos aceitar a decisão do CEMFA Gen. Morais e Silva, em pretender destruir-nos, ao despachar a passagem à disponibilidade de todas as praças e transferindo os restantes militares e civis. Apoiando a atitude de abandono de 123 oficiais desta unidade, desprezando a transferência de serviços e materiais à responsabilidade desses mesmos oficiais, o Gen. Morais e Silva demonstrou claramente estar do lado dos que defendem a hierarquia conservadora, tradicional e repressiva. Hierarquia essa, incompatível com a hierarquia consentida e a disciplina revolucionária. O abandono desses oficiais e as posteriores tomadas de posição do CEMFA vieram dar maior ânimo a que se instalasse em nós uma forte e consciente disciplina e conseqüente maior operacionalidade”.

E num outro: “Afirmamos desde já, que não se tratou de nenhum golpe militar como estamos a ser acusados. Não podendo aceitar mais as tomadas de posição do CEMFA contrárias ao interesse do Povo Português, decidimos comprovar a nossa operacionalidade e disciplina revolucionária, numa vasta operação de neutralização das principais unidades da FA, tendo em vista a contestação directa de um general, militar que se afasta com as suas decisões dos objectivos da revolução democrática e socialista. As ocupações foram executadas com total êxito tendo nós, inclusivamente recebido a solidariedade da generalidade das praças e de sargentos e oficiais progressistas, das bases ocupadas. Aliás, é prova das nossas intenções as explicações dadas a todo o pessoal das unidades logo após a ocupação”.

Em resposta aos comunicados dos revoltosos outros houve emitidos do EMGFA, dos quais destaco o primeiro:

“Grupos de pára-quedistas sublevados da Base Escola de Tancos assaltaram durante a noite de 24/25 de Novembro, o Comandante da Região Aérea, a Base Aérea 3 de Tancos, a Base Aérea 5 de Monte Real, e a Base Aérea 6, do Montijo. A situação não está perfeitamente esclarecida e a atitude desses militares é tão insensata que há a certeza de que estão a ser vítimas de criminosa manipulação.

Para evitar situações graves não foram ainda dadas ordens de intervenção pela força, que poderão vir a impor-se, se se mantiver esse aventureirismo irresponsável. Espera-se que dos sublevados surja uma atitude de senso para evitar o agravamento da sua situação criminosa. Sabe-se que a rebelião foi motivada pelo pretexto de conduzir uma luta contra os generais Morais e Silva e Pinho Freire que, evidentemente, não são o objectivo político da manipulação que os sujeita.”\

Portanto: as razões dos páras não são as verdadeiras razões, porque há a certeza de serem manipulados.

A manipulação a que se refere o comunicado é obviamente a da esquerda. Mas em rigor os páras não foram só manipulados pela esquerda, mas igualmente pela direita. Portanto duplamente manipulados., numa espiral de coacção psicológica que fez deles ao mesmo tempo sujeitos e objectos de um dos mais complexos jogos de informação e contra-informação da nossa história político-militar recente.

Com um enorme capital de queixa que por culpas próprias e alheias foram acumulando ao longo do processo revolucionário, eram comandados à altura, por uma controversa figura, o gen. Morais e Silva, cuja actuação é das mais inquietantes : Em Agosto ainda era um exaltado gonçalvista que declarava “ir dar uma porrada ao Costa Neves por ele ter assinado o Doc. dos 9”; em Outubro divulgava um comunicado em que avisava que a FA reagiria a qualquer tentativa de tomada de poder com o peso da sua força; em Novembro criticava violentamente Costa Gomes e Otelo por tentarem uma acção de conciliação com os pára-quedistas, em vez de dar ordem de ofensiva na Amadora. Pelo caminho ordena ao Com. Calheiros, o abandono da Base, que fica entregue ao Major Pessoa; envia Costa Martins com uma guia de marcha para o COPCON, e descobre uma arma mais mortífera do que as clássicas G3 dispersas por tantas e tão variadas mãos: o poder da caneta. Com ela manda retirar de Tancos os famosos 123, determina a desactivação da unidade, mandando passar à disponibilidade os seus soldados, e apresentar sargentos e oficiais nas suas unidades de origem, e, finalmente, congela os vencimentos dos sublevados e manda cortar o fornecimento de alimentos e o abastecimento de água, e de electricidade. É muito claro que a intenção era acabar com os páras, levando-os ao fundo pelas próprias mãos. Costa Gomes afirma categoricamente :”O CEMFA Gen. Morais e Silva teve grande responsabilidade no 25 de Novembro pela forma como conduziu os páras”. (M. Manuela Cruzeiro. Costa Gomes , o Último Marechal)

Daí a preocupação deles em reclamar a sua operacionalidade, daí a promessa de Costa Gomes de proceder a uma reestruturação e não à sua extinção.

Dados os desenvolvimentos posteriores, este parece ter sido um diálogo desenvolvido à margem e remetido para um secundaríssimo plano. Mas pode residir aí a estranha reacção dos páras quando se confrontam com as forças adversas, e que Sousa Gonçalves, o capitão que comandou o assalto a Monsanto, assim descreve: “ Se quisermos falar de milagre em 25 de Novembro, esse reside na falta de vontade da outra parte de combater e correr o risco de morte. A outra parte falava muito, mas mostrou inegavelmente que não estava disposta a morrer pelos seus ideais” . Se calhar porque não tinham um plano para além desse mesmo de sair e logo se vê!... Mas mesmo sem

plano, há uma coisa que nenhum militar pode conceber: sair sem saber à ordem de quem. Portanto: Quem deu a ordem?

Freitas do Amaral nas suas Memórias diz, peremptório que foi o PCP. Mas já J.Pierre Feye diz que não foi ninguém. Ou seja: ninguém das três chefias que o podiam fazer: Costa Gomes, CEMGFA, Carlos Fabião, CEME, ou Otelo, S. de Carvalho, Comandante do COPCON. Ter-se-á dado aqui um vazio de poder, logo aproveitado pelos mais directamente interessados.

Por isso dizer que nenhum dos três deu a ordem, não significa que ela não tenha existido: Segundo o relatório oficial, “a acção desencadeia-se a partir do COPCON, com ordem de ocupação de bases”. Afinal era só disso que estava à espera o Major Pessoa. Estou de acordo com Raimundo Narciso quando afirma: “Com esta medida os Páras,, a Esquerda Militar e a Esquerda Revolucionária não pretendiam desencadear a “mãe de todas as Batalhas”. Pretendiam apenas, ganhar a importante batalha da substituição de Morais e Silva no EMFA, e no CR, e na passada, conseguir a inversão do processo de gradual perda de poder nos órgãos político-militares, que ocorria desde a Assembleia do MFA de Tancos em 6 de Setembro E não era pouco. Para isso contavam ganhar o PR e Otelo S. de Carvalho. Não tiveram nenhum.

6. Os Moderados tinham um plano?

Não só o tinham como iniciaram acções tendentes a provocar o adversário para o obrigar a responder ou então a perder por falta de comparência.

Desde logo se verificou terem o plano mais completo e melhor elaborado aguardando apenas luz verde e, importantíssimo, um chefe que não o tendo elaborado, lhe daria total cobertura. Esse chefe só podia ser Costa Gomes. A partir do momento em que conseguem a sua adesão colocam-se numa cadeia de comandos totalmente institucional. Trata-se então não de alterar a ordem, mas justamente de repor a ordem que alguém alterou. O 25 de Novembro foi o momento em que a Esquerda Revolucionária Militar respondeu à última provocação do campo oposto, mas com uma parada demasiado alta e que, com espanto e desespero verificou a seguir não estar à altura de sustentar. Mas, dizer isto não equivale a dizer que o golpe vem da esquerda e os moderados apenas respondem com um contra-golpe. Melhor será dizer que o pretexto para a concretização do golpe moderado lhes caiu de bandeja pela acção dos páras.

E se bem que o argumento-chave baseado na cronologia dos factos (os páras foram os primeiros) sirva como legitimidade formal, na realidade, excluindo a acção dos páras, que não constava de nenhum plano consistente, a esquerda acaba por se limitar a responder às acções da direita: por ex. O RALIS monta o seu dispositivo de alerta em resposta às barricadas de Rio Maior. A EPAM e a PM montam o seu, em resposta às ameaças vindas dos Comandos.

Falei agora, ao contrário do que fiz ao longo da exposição, apenas de esquerda e de direita. Porque na verdade, naquele dia, apenas naquele dia, o confronto aglomerou de um lado e de outro apoios muito diversos: dos mais aos menos desejáveis, até aos claramente indesejáveis.

À esquerda COPCON/Gonçalvistas e nas margens os esquerdistas do PRP/BR, (sobretudo estes que achavam estarem reunidas as condições objectivas para uma insurreição armada vitoriosa) do MES da UDP, as comissões de moradores, de fábricas e de militares, os SUV, O CDRs, etc etc.

À direita, os NOVE, e nas margens, Jaime Neves, e o seu Regimento de Comandos, Pires Veloso, e os 123 Oficiais, a direita militar revanchista, o MDLP de Spínola e de Alpoim Galvão.

Tal mistura não demorou a revelar-se explosiva, como revela o fogo cruzado de críticas entre os genericamente chamados vencedores de Novembro: De todas a mais inquietante é a que envolve o grupo militar e o grupo político.

O caso das listas de prisões de oficiais elaboradas à margem de Belém e da Amadora, o caso das armas distribuídas a civis por Eanes, a vontade de prolongar o estado de sítio, de ilegalizar o PCP. As defesas de bombardeamentos a unidades militares como os Páras e o RALIS, as reacções de Jaime Neves (Sr. Presidente, os meus homens ainda não estão satisfeitos) o repúdio da intervenção televisiva de Melo Antunes, a crítica final e fatal aos Nove por não explorarem o sucesso, apontam para a existência de um outro plano, dentro do plano dos moderados. A pergunta é de Vasco Lourenço: "Contrariamente à decisão dos Nove, o grupo militar elaborou ou não um plano de operações ofensivo?"

7. A revolução tinha que acabar. Era uma fatalidade histórica. Por isso o 25 de Novembro, todos o reconhecem, tinha que se dar. Parafraseando M. Velho da Costa: "Não foi um acto de alegria, foi um acto necessário". Mas tal como se deu, deve-se fundamentalmente à acção de três homens: O incendiário Pinheiro de Azevedo, o fleumático Costa Gomes, o obstinado Vasco Lourenço.

Custa imaginar, a esta distância, personagem mais desastrosa do que P. de Azevedo. Apesar dos esforços do seu aliado de ocasião Mário Soares para que ficasse para a história como o Almirante sem Medo, (Já tínhamos um General sem Medo!) ficou sim, como a grotesca (pitoresca, se quisermos ser mais suaves) figura, autora de frases impróprias de reproduzir em público, ou da mais inóqua "È só fumaça, o povo è sereno"

Na verdade, durante a curta vigência desta 1ª parte do seu governo (o 6º governo mantém-se até julho de 76) aconteceu de tudo: o cerco ao governo dos Deficientes das FAs, o saque à Embaixada de Espanha, a destruição à bomba da Rádio Renascença , por ordens do governo, o sequestro da Assembleia Constituinte, e finalmente, a original greve do governo.

Cada um destes incêndios contou com o bombeiro de serviço Costa Gomes, cujo percurso é um verdadeiro manual de sobrevivência política, de que a passagem seguinte, justamente sobre estes acontecimentos, constitui a sùmula perfeita: "Em política tem de se ter sempre muita paciência, de se saber ouvir. O cerco à Constituinte foi uma bola de neve. O ministro do trabalho e o 1º Ministro tinham prometido receber os operários da construção civil. Foi a sua inabilidade que provocou o sucedido. Não havia forças de prevenção, ninguém esperava o que se deu, a PSP e a GNR estavam desmoralizadas...Apenas havia uma força capaz, os Comandos, mas eles só sabem agir pela violência. Decidi, por isso utilizar a PM . (...) A minha ideia era separar o Governo da Assembleia, era isolar o 1º Ministro e libertar os deputados, que não tinham nada a ver com o que se passava. Quem tinha era o 1º Ministro"

A citação é longa mas imperdível a sua conclusão: "Os governantes têm de ser responsabilizados, têm de saber ouvir, de saber argumentar, têm sobretudo de ser educados. Normalmente as reivindicações das massas são coisas simples. O povo português, é pacífico, não pode é ser excitado, porque é muito manipulável. Eu sabia que os manifestantes não actuariam violentamente, a não ser que fossem provocados. Daí o ter utilizado a PM que desfrutava de boa imagem junto deles. "

Entre um e outro, fazendo e refazendo as pontes, Vasco Lourenço: manobrador incansável durante todo o verão quente, correu literalmente o país sempre preferindo ir do que mandar. Estando no centro da última provocação de uma cadeia que seria fastidioso enumerar – a sua nomeação para a RML em substituição de Otelo –

tem toda a carga dramática dos tempos que se viviam. Defensor intransigente da legalidade institucional, (fosse isso o que fosse, era pelo menos um factor psicológico terrivelmente forte) cavou o mais fundo que pode essa trincheira, sem nunca ceder à tentação de a galgar. É assim que enfrenta quer os políticos que, com Mário Soares defendiam a retirada para o Norte, quer os militares que com Jaime Neves não viam a hora da “porrada”, quer ainda o cansaço, humanamente compreensível, mesmo nos homens sem sono, mas politicamente fatal de Melo Antunes. Integrando a cadeia de comando (Costa Gomes PR, Vasco Lourenço, Com. da RML, Ramalho Eanes, (adjunto de V.L.) optou por ficar em Belém, bem próximo do epicentro de todas as decisões. Tentou mediar o conflito mais grave do dia que opôs os Comandos e a PM, não evitando as três mortes registadas, e quando confrontado com as ordens de prisão dos militares ditos revoltosos conseguiu um tratamento especial para Otelo, em nome certamente (também) de uma velha amizade...

Operacionalmente vitoriosos, mas politicamente frágeis os Nove sentiram-se encurralados: alguns consideraram até que eles se suicidarem. Ou morreram às mãos de uma direita e extrema direita com quem tiveram de partilhar os trofeus de vitória. E também às mãos de um PS com quem contavam para salvar o seu projecto. No fundo eles acreditavam na social-democracia para a transição socialista, esquecendo que no resto da Europa a social democracia há muito esquecera a revolução. Passando um cheque em branco ao PS, tomaram o desejo por realidade, tendo em vista mais um programa escrito do que uma prática política. O seu projecto não podia ser defendido por um partido sem linha ideológica definida, sem estratégia clara para médio e longo prazo. O partido mais interclassista onde cabiam desde militantes revolucionários até democratas, conservadores e até elementos de extrema direita, e que usou e abusou da sua maioria eleitoral, como argumento definitivo.

Talvez fosse essa crença ingénuo no partido charneira da sociedade portuguesa que inspirou uma inquietante onda de linguagem revivalista por parte dos militares vitoriosos. Nunca se falou tanto de revolução, de socialismo, e de MFA, justamente quando através das BASES PARA A REORGANIZAÇÃO DAS FAs, da responsabilidade do já CEME Ramalho Eanes, se passava a certidão de óbito ao MFA. E talvez seja esta uma das mais pesadas heranças de Novembro: esse desajuste dramático entre o discurso e a realidade, que é ainda hoje a debilidade maior da vida portuguesa. Vem de trás, certamente, mas a República de Novembro acentuou fortemente essa esquizofrenia ideológica e cívica.

“Há uma hábil intenção de apagar os factos, de reduzir a complexidade a um único acontecimento. Farão do 25 de Novembro um feriado, celebrando a vitoriosa defesa da Revolução. Sim, misturaram os dados de tal maneira, que uma coisa facilmente passa por outra. Os culpados por vítimas, as palavras por factos, a propaganda pela realidade. Quando chego a uma conclusão, tudo volta ao começo, encontro-me no início de uma nova pista” (Seixas Santos, Gestos e Fragmentos)

Comunicação apresentada em 2005 no Colóquio sobre o 25 de Novembro, realizado no Museu da República Resistência (Lisboa)